

IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Pietro Manoel da Silva¹

Líbia Miguel da Silva²

Edilson Fernandes de Souza³

RESUMO: O presente estudo consiste em um relato de experiência pedagógica realizada em uma Escola Municipal de Jaboatão dos Guararapes-PE, com ênfase no fortalecimento da identidade negra e na implementação de práticas antirracistas nos anos iniciais do ensino fundamental. Fundamentada na Lei 10.639/2003 e com a finalidade de relatar e examinar a experiência de um projeto pedagógico que objetiva o reconhecimento e a valorização da identidade negra no contexto escolar. O estudo trata da construção da identidade negra nos anos iniciais do ensino fundamental, em consonância com os princípios estabelecidos na lei. A investigação incorporou aportes teóricos e metodológicos de autores como Gomes (2012), Munanga (2006), Hall (2011), Minayo (2008), Oliveira (2020) e Souza (2020). A iniciativa contou com palestras interativas, recursos audiovisuais e a valorização de personalidades negras com o intuito de desarticular estereótipos acerca do continente africano e promover a cultura afro-brasileira. A abordagem qualitativa de relato de experiência possibilitou a análise de como a mediação pedagógica intencional favorece a autoestima e o sentimento de pertencimento dos alunos. Os resultados evidenciam que a abordagem transversal do tema se revela fundamental para a confrontação do racismo estrutural, convertendo a escola em um ambiente plural de formação crítica, que favorece o autorreconhecimento racial positivo nas crianças.

Palavras-chave: Identidade negra. Educação antirracista. Lei nº 10.639/2003. Relações étnico-raciais. Pernambuco.

ABSTRACT: The present study consists of a report on a pedagogical experience carried out at the Municipal School of Jaboatão dos Guararapes-PE, with an emphasis on strengthening Black identity and implementing anti-racist practices in the early years of elementary education. Based on Law 10.639/2003 and with the aim of reporting and examining the experience of a pedagogical project that seeks the recognition and appreciation of Black identity in the school context. Addressing the construction of Black identity in the early years of elementary education, in accordance with the principles established in the law. The investigation incorporated theoretical and methodological contributions from authors such as Gomes (2012), Munanga (2006), Hall (2011), Minayo (2008), Oliveira (2020), and Souza (2020). The initiative included interactive lectures, audiovisual resources, and the appreciation of Black personalities with the aim of dismantling stereotypes about the African continent and promoting Afro-Brazilian culture. The qualitative approach of experience reporting enabled the analysis of how intentional pedagogical mediation fosters students' self-esteem and sense of belonging. The results show that the transversal approach to the topic proves fundamental for confronting structural racism, transforming the school into a plural environment of critical formation, which fosters positive racial self-recognition in children.

Keywords: Black identity. Anti-racist education. Law nº 10.639/2003. Ethnic-racial relations. Pernambuco.

¹Mestre em Educação, linha de pesquisa Teoria e História da Educação. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

²Pedagoga e especialista em Educação Especial e Inclusiva. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

³Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEdu, linha de pesquisa: Identidades e Memórias. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

RESUMEN: El presente estudio consiste en un relato de experiencia pedagógica realizada en la Escuela Municipal de Jaboatão dos Guararapes-PE, con énfasis en el fortalecimiento de la identidad negra y en la implementación de prácticas antirracistas en los primeros años de la educación primaria. Fundamentada en la Ley 10.639/2003 y con la finalidad de relatar y examinar la experiencia de un proyecto pedagógico, que tiene como objetivo el reconocimiento y la valorización de la identidad negra en el contexto escolar. Tratar de la construcción de la identidad negra en los primeros años de la educación primaria, en consonancia con los principios establecidos en la ley. La investigación incorporó aportes teóricos y metodológicos de autores como Gomes (2012), Munanga (2006), Hall (2011), Minayo (2008), Oliveira (2020) y Souza (2020). La iniciativa contó con charlas interactivas, recursos audiovisuales y la valorización de personalidades negras con el objetivo de desarticular estereotipos acerca del continente africano y promover la cultura afrobrasileña. El enfoque cualitativo de relato de experiencia posibilitó el análisis de cómo la mediación pedagógica intencional favorece la autoestima y el sentimiento de pertenencia de los alumnos. Los resultados muestran que abordar el tema de manera integral es clave para enfrentar el racismo estructural. Esto transforma la escuela en un lugar diverso de formación crítica, lo que ayuda a los niños a tener un autorreconocimiento racial positivo.

Palabras clave: Identidad negra. Educación antirracista. Ley nº 10.639/2003. Relaciones étnico-raciales. Pernambuco.

1 INTRODUÇÃO

As relações étnico-raciais no contexto educacional brasileiro têm se constituído como um dos eixos centrais para a construção de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social. Nesse cenário, a discussão sobre a identidade negra ganha destaque não apenas como uma pauta histórica, mas como uma necessidade emergente diante das desigualdades ainda presentes em nossa sociedade. A escola, enquanto espaço formativo, assume um papel estratégico na promoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, combatam o racismo estrutural e contribuam para a formação de sujeitos críticos e conscientes de suas raízes e de seu lugar no mundo.

A promulgação da Lei 10.639/2003 no Brasil, que foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua primeira gestão (2003-2006), é fruto da luta do movimento social negro. Esse preceito legal representa um marco significativo nesse processo, ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todas as instituições de Educação Básica do país. Essa legislação não apenas reconhece a importância da contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira, como também ressignifica práticas pedagógicas historicamente eurocentradas. Dessa forma, a escola passa a ser convocada a desenvolver ações que promovam o respeito à diversidade étnico-racial e o fortalecimento das identidades historicamente marginalizadas.

Nesse sentido, esse estudo dialoga diretamente com questões contemporâneas envolvendo Educação e Identidade; isso em uma perspectiva do ensino antirracista e voltado à

valorização da diversidade étnico-racial na conjuntura educacional brasileira. Ao apontar parte do papel social da escola, este artigo pode ser considerado munido de relevância social, pois articula teoria e prática em torno da construção da identidade negra junto a crianças dos anos iniciais do ensino fundamental em nosso país.

No contexto da Escola Municipal Belém de Judá, situada na cidade de Jaboatão dos Guararapes-PE, essa proposta ganha ainda mais relevância ao considerar o perfil dos estudantes, majoritariamente negros e inseridos em uma realidade social marcada por desafios e desigualdades. Diante disso, trabalhar as relações étnico-raciais com alunos dos anos iniciais do ensino fundamental demonstra reconhecer a infância como uma fase de suma importância para a construção de valores, percepções e atitudes em relação ao outro e a si mesmo. Pois é nesse período que se formam as primeiras referências identitárias, pertencimento e autoestima, sendo fundamental que a escola atue de maneira intencional na valorização da cultura negra e no enfrentamento de práticas discriminatórias (Medeiros, 2019).

Para Gomes (2002), a construção da identidade negra no ambiente escolar não ocorre de forma espontânea, mas exige mediações pedagógicas conscientes, planejadas e fundamentadas em princípios éticos e legais. Nesse sentido, promover uma educação antirracista significa ir além de ações pontuais ou comemorativas, incorporando o tema de forma transversal ao currículo e às práticas cotidianas da escola (Silva *et al.*, 2026). Trata-se de reconhecer que o racismo, muitas vezes velado, se manifesta em discursos, atitudes e silenciamentos; de acordo com Cruz (2016, p. 10),

O racismo também se faz presente nos espaços físicos escolares, nos currículos, nos materiais didáticos e nos livros, onde afeta a história dos negros e sua cultura. No ambiente escolar, alunos negros não se sentem à vontade com certas situações dentro da escola, onde fica claro que a intolerância racial traz desconforto para os alunos negros presentes na sala de aula.

Como se verifica no excerto, o racismo ocupa de forma significativa o tempo e o ambiente institucional de aprendizagem, habita, por vezes, projetos pedagógicos materializados nos currículos, seja pela escassez nos livros didáticos de personalidades negras que inspiram comportamentos socialmente aceitáveis, seja no plano simbólico, das ideias, da cultura e linguagem e valores da população negra, que deveriam ser apresentados à própria comunidade escolar enquanto forma específica e singular de organização societária.

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo consistiu em relatar e analisar a experiência de um projeto didático voltado à promoção de uma educação antirracista em uma escola pública municipal. O objetivo era o reconhecimento e o fortalecimento da identidade

negra no ambiente escolar, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que sistematize essa vivência como produção de conhecimento científico. Tal proposta se desdobra em objetivos específicos que buscam ampliar a compreensão dos estudantes acerca do continente africano, desconstruindo estereótipos e apresentando parte de sua diversidade histórica, geográfica e cultural. Além disso, pretendemos fomentar o reconhecimento e a valorização da identidade negra, contribuindo para o fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento dos educandos. Nesse contexto, a pergunta que se impõe é a seguinte: quais metodologias inovadoras podem ser implementadas no ambiente escolar para promover uma educação antirracista e engajar os estudantes?

No cenário de nossa unidade educacional, trabalhar a temática identidade negra evidenciou a existência de necessidades que precisam ser consideradas para a efetivação de uma prática pedagógica inclusiva e antirracista. Inicialmente, percebemos que alguns dos estudantes têm a necessidade de conhecer e refletir mais acerca de sua historicidade. Primordialmente, o reconhecimento de sua origem racial. Isto está ligado ao fato de que boa parte da sociedade brasileira limita a negritude à cor/tom da pele. E, diante dessa problemática, muitos estudantes negros declaravam-se brancos.

Considerando também a carência de materiais didáticos adequados que representem, de forma positiva e diversa, a população negra. Observamos que muitos recursos ainda reforçam visões limitadas ou pouco contextualizadas, o que dificulta a desconstrução de ideias pré-concebidas e a valorização da identidade negra. Dessa forma, tornam-se necessários mais investimentos em recursos pedagógicos atuais, que contemplem a pluralidade cultural étnico-racial e promovam referências positivas para os estudantes.

Além disso, identificou-se a necessidade de promover um trabalho contínuo com os educandos, voltado à construção do respeito às diferenças e ao enfrentamento de atitudes discriminatórias. Em muitos momentos, surgiram falas e comportamentos que revelam a presença de generalizações e preconceitos internalizados. Isso não ocorre apenas na unidade observada, mas é originário de diversos espaços sociais, e se manifesta recentemente no ambiente escolar, o que indica a escola a necessidade de uma atuação intencional, sistemática e sensível para mediar essas situações em toda a Educação Básica. Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer práticas pedagógicas que estimulem a pluralidade, a empatia, o diálogo, o combate ao racismo e a reflexão crítica, e isso desde a educação infantil.

Percebe-se que o racismo é estrutural, fundado nas relações desiguais de poder, e é igualmente estruturante porque cria ações para a população negra continuar na subalternidade. Essa estruturante realidade, infelizmente, está enraizada na história política e social brasileira. Isso requer de nós educadoras e educadores uma certa densidade pedagógica na sistematização de conhecimentos capazes de reverter a lógica da inferioridade imposta pelos colonizadores à população negra, a qual percebe nossa população desprovida de cultura, sem conhecimento, de povo sem história.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre relações étnico-raciais e a construção da identidade negra na escola ocupa um lugar central no campo da educação brasileira. Isso ocorre especialmente a partir das contribuições de autoras como Nilma L. Gomes (2012). A autora coloca que a escola é um espaço estratégico tanto para a reprodução quanto para a transformação das desigualdades raciais, sendo fundamental na construção das identidades dos sujeitos.

Nas lentes da referida pesquisadora, a identidade negra não é algo dado biologicamente, mas construído a partir de processos social, histórica e culturalmente construídos, em meio a relações de poder marcadas pelo racismo estrutural. Nesse sentido, Gomes (2002) destaca a importância de referências identitárias do meu próprio grupo racial, tendo em vista que, no que se refere à identidade, não nascemos negros; esse processo é uma construção, que se dá ao longo da vida, daí a importância da interação, “Nenhuma identidade negra é construída no isolamento”, como afirma Gomes.

Assim, é necessário que crianças e adolescentes negros e negras tenham referências positivas de representantes afro-brasileiros, que reconheçam suas origens, sua raiz étnico-racial, que usem cabelos black, mostrando que essas diferenças são positivas. E a escola desempenha um papel decisivo, pois ela pode reforçar estereótipos e invisibilizar a cultura afro-brasileira ou, ao contrário, promover o reconhecimento, a valorização e o fortalecimento da identidade negra (Munanga, 2006). Gomes (2012) ainda destacou que práticas pedagógicas que silenciam a diversidade racial contribuem para a negação da identidade de estudantes negros, afetando sua autoestima e seu desempenho escolar.

Nessa perspectiva, Munanga (2006) também contribui significativamente ao afirmar que o racismo no Brasil é muitas vezes velado, o que dificulta seu enfrentamento no ambiente

escolar. Para o autor, a educação deve assumir um compromisso antirracista, promovendo o respeito às diferenças e desconstruindo ideias preconceituosas historicamente enraizadas.

Outra autora relevante é Petronilha Silva, que esteve diretamente envolvida na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004). Ela ressalta que o reconhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira é essencial para a construção de uma educação democrática e inclusiva. Essa perspectiva está alinhada à Lei n.º 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino dessa temática nas escolas brasileiras.

A discussão acerca das relações étnico-raciais no contexto escolar ganha ainda mais respaldo nas contribuições mediadas pela autora acima supracitada, em que destaca a importância da implementação de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da cultura afro-brasileira e africana. A autora, ao contribuir para a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para EREER, evidencia que a escola deve assumir um papel ativo no enfrentamento das desigualdades raciais, promovendo o reconhecimento da identidade negra e o respeito à diversidade. Nesse sentido, a educação deve ir além da transmissão de conteúdos, configurando-se como um espaço de formação crítica, capaz de desconstruir estereótipos e combater o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

6

Mediante isso, a contribuição de Stuart Hall (2011) para a compreensão da identidade cultural é fundamental porque desconstruiu a ideia de que a identidade é algo fixo, inato ou imutável; além disso, ajuda a entender a identidade como um processo em constante construção. Para ele, as identidades são formadas ao longo do tempo, por meio de experiências sociais, culturais e históricas, sendo atravessadas por relações de poder. Essa visão dialoga com a realidade da população negra no Brasil, cuja identidade foi historicamente marginalizada. Esse pensamento do referido autor pode ser observado especialmente a partir de sua obra “*A identidade cultural na pós-modernidade*”. Nesse livro, Hall rompe com a ideia tradicional de identidade como algo fixo, estável e essencial, propondo que ela seja um processo dinâmico, em constante construção.

Para Hall (2011), a identidade não é algo com que o indivíduo “nasce”, mas algo que se forma ao longo do tempo, por meio das relações sociais, culturais e históricas. Ele argumenta que as identidades são produzidas dentro de contextos específicos e são atravessadas por relações de poder, como o racismo, o colonialismo, a globalização e as desigualdades sociais. Isso

significa que a identidade negra, por exemplo, não pode ser compreendida fora da história da escravidão, da diáspora africana e das experiências de discriminação e resistência.

Um dos pontos centrais da obra é a ideia de que vivemos uma “crise de identidade” na contemporaneidade. Segundo Hall (2011), as transformações sociais e culturais da pós-modernidade fragmentaram as identidades, tornando-as múltiplas e, muitas vezes, contraditórias. Assim, o sujeito deixa de ter uma identidade única e passa a assumir diferentes identidades conforme os contextos em que está inserido.

Hall (2011) também destaca que a cultura tem um papel essencial nesse processo. É por meio da linguagem, das representações e dos discursos que as identidades são construídas e reconstruídas. No caso da população negra, isso envolve tanto processos de invisibilização e estereotipação quanto movimentos de afirmação e valorização da cultura afrodescendente. Outro aspecto importante é a noção de identidade como “produção” e não como “essência”. Para Hall (2011), estamos sempre nos tornando, nunca sendo algo definitivo. Essa perspectiva é muito relevante para o contexto escolar, pois reforça a ideia de que a escola pode contribuir ativamente na construção de identidades positivas, ao valorizar a pluralidade, a diversidade cultural e promover práticas pedagógicas antirracistas.

Relacionando com as relações étnico-raciais na escola, as ideias de Hall (2011) ajudam a compreender que a identidade negra dos estudantes é construída também no cotidiano escolar, nas interações, nos conteúdos ensinados e nas representações presentes no ambiente educativo. Quando a escola reconhece e valoriza a cultura negra, contribui para o fortalecimento dessa identidade; quando silencia ou reproduz estereótipos, reforça processos de negação e exclusão.

Conforme exposto por Oliveira (2020, p. 28), as diretrizes contemporâneas devem abranger discussões que considerem a formação integral dos indivíduos, abordando aspectos relacionados à pluralidade, à tolerância, ao diálogo, ao respeito pela diversidade e à alteridade. Isso se justifica, tendo em vista que as minorias se tornaram significativamente mais visíveis, à medida que se politizaram, revisitando suas concepções sobre território e transformando seu estigma em orgulho, ao reconhecerem suas identidades como uma questão de natureza política e cultural.

3 METODOLOGIA

O presente estudo consiste em um relato de experiência, com ênfase na perspectiva qualitativa, tendo em vista o interesse deste método pelo registro de questões sociais. Para

Minayo (2008), as pesquisas qualitativas, cujo interesse não está na quantificação, mas resultam das interpretações produzidas pelos sujeitos acerca das formas como vivem, constroem seus artefatos e constituem a si próprios.

A metodologia de relato de experiência, conforme conceituada por Mussi, Flores e Almeida (2021), é uma modalidade de escrita acadêmica e de produção de conhecimento que sistematiza uma vivência ocorrida no centro do âmbito do ensino, pesquisa ou extensão. Caracteriza-se essencialmente pela descrição de uma intervenção que, para além do registro informal da "experiência próxima", busca alcançar a "experiência distante", utilizando o esforço analítico e o suporte teórico-metodológico para compreender e refletir criticamente sobre os fatos. Segundo os autores, em um relato de experiência consistente, devem-se integrar quatro dimensões descritivas: a informativa, que situa o cenário e os sujeitos; a referenciada, que fundamenta a ação em bases científicas; a dialogada, que estabelece nexos entre os achados e a literatura; e a crítica, que promove uma análise reflexiva capaz de contribuir para o aperfeiçoamento das práticas profissionais e para o progresso da ciência.

A ação didática em estudo teve como propósito apresentar uma prática pedagógica desenvolvida em um contexto escolar da Educação Básica. A prática se deu por meio de um projeto didático intitulado "Relações étnico-raciais e identidade negra na escola". A proposta foi realizada na Escola Municipal Belém de Judá, uma instituição pública, pertencente à rede municipal de Jaboatão dos Guararapes, cidade que se situa no estado de Pernambuco, que atende às modalidades Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos primeiro segmento.

O projeto didático em questão tem a devida base legal, que já foi apresentada aqui, e também está em conformidade com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola. Como ditam as leis n.º 10.639/03 e 11.645/08, a temática da educação para as relações étnico-raciais, bem como a história e a cultura da África e dos afro-brasileiros, deve ser vivenciada em toda a sua plenitude. Isso deve ocorrer em todo o currículo escolar ao longo do ano letivo inteiro.

A escola, em cumprimento às legislações, está orientada pela equipe de gestão e pela coordenação pedagógica, juntamente com seus educadores e educadoras. Ela assume esse compromisso durante todo o ano, com um número maior de ações contempladas no mês de novembro, conhecido como o mês da consciência negra.

É nesse contexto que surgiu a necessidade da articulação desse projeto, coordenado pelos professores Pietro Silva e Líbia Miguel, ambos educadores que atuam na instituição. Essa

proposta se caracteriza por ser um trabalho coletivo, evidenciado pelo engajamento dos educadores e educadoras da escola. Ainda destacamos que projetos como esses ocorrem todos os anos na unidade educacional.

No que se refere às fontes para construção deste estudo, contamos com o planejamento elaborado no período da vivência do projeto. Além disso, consultamos o relatório da equipe de gestão referente ao ano de 2024. E também há fontes iconográficas, como fotografia e vídeos breves, que preservam os fatos; outro registro são os textos escritos por estudantes e os relatos orais advindos das memórias de professores e estudantes.

De maneira geral, este relato contou com uma metodologia baseada no diagrama do constructo do “eu” fonte (Souza, 2020), segundo a qual o pesquisador pode valer-se da construção narrativa a partir de vários arquivos que contêm informações relevantes para o objeto da investigação. Assim sendo, este estudo traz fontes oriundas do arquivo vivo (relatos orais); o arquivo institucional (relatórios escolares); do arquivo acadêmico (produção textual dos estudantes), em conformidade com o que se apresenta nos estudos de Souza (2020).

Quanto às tecnologias e materiais utilizados para o desenvolvimento didático, contamos com recursos audiovisuais como: slides, músicas, vídeos, placas com questões problematizadoras, painel de fotos com personalidades negras, mapas do Brasil e do continente africano. Após a palestra interativa, os estudantes dos 4º e 5º anos foram estimulados a produzir textos sobre o momento, o que serviu de registro e avaliação deste projeto.

4 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

A ação consistiu na realização de uma palestra interativa, direcionada pelos seus organizadores, e contou com a participação de estudantes e professores da unidade de ensino. Ocorrendo durante os dias 21 e 22 do mês de novembro de 2024. O público-alvo foram estudantes do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, nos turnos manhã e tarde, com idade entre sete e onze anos. O total de estudantes foi de aproximadamente 160, dos quais a maioria composta por negros e negras.

A preparação para o projeto didático teve início no mês de outubro de 2024, envolvendo os professores idealizadores, a direção escolar, a coordenação pedagógica e os docentes da unidade. Faz-se necessário destacar que, sem a participação coletiva dos educadores desta unidade de ensino, tal prática pedagógica não seria possível.

Diante disso, o objetivo geral desse projeto didático foi contribuir para a formação de uma educação antirracista que valorize as relações étnico-raciais, reconhecendo e fortalecendo a identidade negra no ambiente escolar.

A vivência ocorreu no espaço físico da sala do 5º ano fundamental, por ser a sala que contempla a maior capacidade de pessoas e possui climatização apropriada. O início do projeto se deu a partir da apresentação do tema, que foi introduzido fundamentalmente aos estudantes de forma expositiva: relações étnico-raciais e identidade negra na escola. Além disso, os educandos receberam bastante estímulos visuais com o ambiente da sala por meio de livros, frases, cartazes e imagens de personalidades negras. Isso, com o intuito de preparar os estudantes para o debate em questão.

Num primeiro momento, a intervenção priorizou a fundamentação legal e normativa ao expor o conteúdo das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. As legislações foram projetadas no quadro com o objetivo de situar os estudantes sobre o amparo jurídico de suas identidades no currículo, promovendo uma formação cidadã consciente de direitos. Essa etapa corresponde ao que Mussi, Flores e Almeida (2021) caracterizam como uma descrição referenciada, em que a ação pedagógica é sustentada por bases científicas e legais para garantir a consistência do relato.

10

Sequencialmente, amparados por Paulo Freire (2013), foi promovido um momento de problematização, por meio de questões provocadoras, visando identificar o conhecimento prévio dos educandos. Na ocasião, dez estudantes voluntários foram convidados à frente para responder a perguntas como: "O que é a África?", "Existe alguma relação entre o Brasil e a África?", "O que é a consciência negra?" e "Quantos países há na África?". Essa dinâmica de escuta ativa e participação foi essencial para mapear as percepções iniciais da turma, funcionando como um diagnóstico necessário para desconstruir estereótipos e fundamentar as reflexões críticas que seriam desenvolvidas ao longo do projeto, a exemplo das reflexões feitas acerca de data comemorativa para a comunidade negra e da importância para a tomada da consciência histórica.

Foi importante refletir sobre o dia 20 de novembro, que não é simplesmente um feriado, é o Dia da Consciência Negra, e o dia da morte de Zumbi dos Palmares, que foi líder de um quilombo. A palestra foi muito boa, eu amei participar, aprendi várias coisas sobre a África, que não é um país, mas sim um continente, e que tem uma cultura muito boa lá. (Estudante A, 2024, informação oral).

Na sequência da atividade, ocorreu um momento de reflexão e fortalecimento do conceito de identidade e do conceito de negritude. Para o início desse momento, foi perguntado

aos estudantes: quem se identifica como negro(a)? E alguns estudantes levantaram a mão, afirmando-se negros ou negras; outros a ergueram na altura do ombro, demonstrando ainda insegurança, e alguns mantiveram suas mãos abaixadas. Esse foi um momento que nos levou a refletir sobre o quanto nossos estudantes são afetados por uma sociedade ainda preconceituosa, e o quanto a escola necessita estar preparada para tratar dessa demanda.

O próximo momento da ação foi uma mostra de mapas e de fotos do continente africano. Nele foi destacado que a África é um continente que possui 54 países, com uma grande diversidade étnica, geográfica e cultural. E as imagens projetadas no quadro da sala mostravam justamente essa imensa diversidade que o continente africano detém: pessoas pertencentes a várias etnias, praias, rios, florestas, desertos, feiras livres, cidades pequenas, centros urbanos, imagens de construções, como, por exemplo, do Egito Antigo. Tais imagens revelavam parte do norte, do centro e do sul da África, e contribuíram na formação dos estudantes sobre a história e a geografia africana, bem como para a desconstrução de estereótipos que apenas marginalizavam o conceito de África.

Sobre a construção do imaginário referente ao continente africano, um estudante do 5º ano, dos Anos Iniciais, destacou em seu relatório:

O debate foi muito legal, sendo que eu tinha outra visão da África. Antes eu enxergava o continente africano como um país e via apenas pessoas com fome, miséria, sem alimentos. (...), a África também tem praias bonitas, cidades ricas, que têm pessoas negras, pardas e brancas. Também entendi que os pardos também são negros, então eu também sou negro. (Estudante B, 2024, informação oral).

11

A relevância da intervenção pedagógica manifestou-se de forma contundente nos relatos dos estudantes, que expressaram como a vivência permitiu ampliar a compreensão sobre o continente africano para além dos estigmas de carência, bem como, no reconhecimento identitário deles, como se observa no relato acima. A apresentação da trajetória de Nelson Mandela (líder negro e ex-presidente da África do Sul) foi um ponto de inflexão, ao destacar sua resistência contra o apartheid e o racismo estrutural. Essa abordagem corrobora a perspectiva de Munanga (2006), que defende uma educação comprometida com o compromisso antirracista, capaz de desconstruir ideias preconceituosas historicamente enraizadas através do conhecimento crítico e da valorização de referências históricas de poder e superação.

Do ponto de vista pedagógico, há várias maneiras de se abordar a problemática do racismo em nossa sociedade. Uma delas é a metodologia aplicada no projeto didático em estudo, que critica a ideia equivocada que se tem do continente africano, apresentando uma visão mais realista de um território que vai além da pobreza, o que pode provocar uma imagem mais

satisfatória e, por vezes, elevar a autoestima do estudante na sua relação identitária com o povo africano.

A aula foi muito boa; eu aprendi muito sobre a África. Agora sei que é um continente riquíssimo, tem vários países e que não tem só pobreza. Aprendi sobre Nelson Mandela, e que os negros devem ser respeitados iguais aos brancos. A MC Soffia trouxe uma coisa muito importante: que "bonitinha" é muito pequeno, que crianças negras e negros devem ser chamados de bonitos, como um rei ou uma rainha. (Estudante C, 2024, informação oral).

Dando continuidade ao processo de fortalecimento identitário, a exposição de fotografias de personalidades negras nacionais e internacionais serviu como um importante mecanismo de representatividade. Ao visualizarem figuras de sucesso em diversas áreas, como a do ex-presidente Nelson Mandela, e como a dos jogadores de futebol Pelé e Vinicius Júnior, os educandos puderam estabelecer nexos de identificação que combatem a invisibilidade histórica. Segundo Gomes (2012), as práticas pedagógicas que silenciam a diversidade racial afetam diretamente a autoestima e o desempenho escolar dos alunos. É fundamental que a escola atue como um espaço estratégico para a transformação das desigualdades raciais por meio da valorização da imagem do negro.

A identificação dos estudantes não se restringiu a figuras públicas distantes; ela alcançou o cotidiano escolar por meio do reconhecimento de educadores(as) e funcionários(as) que se autodeclararam negros e atuam no combate ao racismo. A percepção de que suas próprias professoras assumem essa identidade permitiu que os alunos as vissem como espelhos positivos. Gomes (2003) destaca que o ambiente escolar é um local onde se desenvolve o tenso processo de construção da identidade negra, e que o padrão estético do negro precisa ser visto de maneira positiva pela instituição para que o sentimento de pertencimento seja fortalecido. Essa postura foi assimilada por uma estudante quando ela afirma:

Eu aprendi que não posso deixar nenhuma pessoa falar mal da minha cor ou do meu cabelo, aprendi que tem que respeitar as pessoas pretas, e descobri que na África não tem só pobreza, o Egito, com suas pirâmides, fica na África. Eu amei ontem! Foi muito legal, importante e divertido; aprendi que devo deixar meu cabelo natural, não precisa de chapinha. No vídeo da música da Mc Soffia, ela fala que feio não é o meu cabelo, feio é o seu preconceito. (Estudante D, 2024, informação oral).

Um momento de profunda sensibilidade ocorreu com o relato da adolescente convidada, estudante do Colégio de Aplicação da UFPE. Ao compartilhar seu processo de construção da identidade negra e o uso de cabelos dreadlock, ela personificou a estética como uma forma de resistência e afirmação política. Para Gomes (2003), o corpo e o cabelo crespo são suportes fundamentais da identidade negra e funcionam como ícones étnicos. Essa manifestação estética, conforme pontua Munanga (2000) e Gomes (2003), carrega uma "africanidade" que, mesmo após

as rupturas da escravidão, é recriada no Novo Mundo como uma linguagem de afirmação cultural.

Por fim, o depoimento da jovem sobre os preconceitos sofridos e o papel central do apoio familiar na superação gerou um diálogo intenso com a turma. Muitos estudantes sentiram-se encorajados a relatar suas próprias vivências com o racismo, transformando a sala de aula em um espaço de escuta ativa e acolhimento. Essa interação evidencia o que Munanga (2006) caracteriza como a necessidade de enfrentar o racismo velado brasileiro por meio de uma postura ativa e dialogada. Ele reafirma que a construção de uma educação antirracista exige parcerias entre escola e comunidade para que os valores de respeito e valorização da diversidade sejam plenamente consolidados. Aulas, exposições fotográficas e seminários, ainda que provocados por experiências momentâneas, mas com o compromisso do letramento racial, têm impacto significativo na formação do sujeito, é o que se verifica no depoimento de um dos estudantes do 5º ano:

Eu amei a palestra de ontem, aprendi que não devemos ter preconceito com ninguém, seja negro ou branco. Aprendi que na África tem 54 países, cidades, várias culturas, (pois) eu pensava que na África todos eram pobres, passavam fome e que comiam barro. Queria ser adulto e ir à África conhecer e ajudar as pessoas. Amei a música da MC Soffia; ela fala que é negra e tem orgulho de sua cor. Graças a minha professora e aos professores da escola, aprendi sobre a consciência negra e sobre Zumbi dos Palmares. Falaram sobre os negros e explicaram tudo direitinho. Muita gente já falou mal do meu cabelo só porque ele é cacheado. Eu senti vergonha e cortei ele degradê, mas, graças à minha mãe, que conversou comigo, eu estou deixando ele ficar cacheado de novo, e o que aprendi na escola me ajudou muito. (Estudante E, 2024, informação oral).

13

Como se observa na fala do estudante, a experiência pedagógica antirracista despertou a consciência sobre uma outra África, além da pobreza extrema. A identificação de heróis negros brasileiros, como Zumbi dos Palmares, também impactou a autoimagem do estudante. Especialmente a consciência de sua negritude, assumindo, portanto, suas características fenotípicas.

Tanto esse depoimento como outros apresentados neste relato de experiência demonstram a necessidade e importância de se envolver a comunidade escolar nas ações futuras dessa natureza. Isso ocorre uma vez que a construção de uma educação antirracista não deve se limitar ao espaço da sala de aula. É necessária uma parceria com as famílias e todos que fazem parte da escola para que os valores de respeito e valorização da diversidade sejam reforçados.

Nesse contexto, vários estudantes negros e negras realizaram perguntas à jovem convidada e relataram experiências de racismo sofridas por elas e por pessoas de sua família.

Essa ocasião representou um outro momento de bastante interação entre a adolescente convidada, os estudantes e os educadores presentes.

Aproximando-se da conclusão da palestra interativa, foram exibidos dois vídeos da MC Soffia, no momento de sua infância, quando ela gravou a música “Menina pretinha”. A letra dessa música trata da autoestima das crianças negras, que elas são lindas, que elas são negras e têm orgulho de sua cor, enaltecendo sua descendência africana. Os estudantes gostaram muito tanto do estilo musical, o rap, quanto da letra da música, e passaram a bater palmas e cantar a canção da MC Soffia. É importante destacar a firmeza e a segurança que a cantora transmite em relação à sua origem, assumindo sua identidade negra. Isso é identificado em sua fala, em seu cabelo black power (poder negro), em sua autoaceitação e empoderamento, desconstruindo preconceitos e estereótipos. Essas reações foram observadas durante o debate e nos registros escritos e orais dos estudantes, deixando a perceber que cada momento da vivência fez sentido, pois podiam se identificar com as imagens, pessoas e falas apresentadas.

Eu aprendi muitas coisas sobre a consciência negra, que a África não é um país, mas um continente. (...) O racismo é feito por pessoas brancas e negras que julgam o outro pela cor da pele ou pela aparência. Todos devem ser tratados com respeito, (...) Durante o projeto, vimos celebridades negras, fotos de países africanos, vídeos muito legais da Mc Soffia. Gostei de participar, respondi muitas perguntas, apresentamos nossos trabalhos com cartazes, também aprendi sobre Nelson Mandela, que lutou pela igualdade das pessoas negras na África do Sul, e escrevi um resumo. (Estudante F, 2024, informação oral).

14

E, como conclusão desta vivência e de avaliação, solicitamos aos estudantes que falassem sobre o que aprenderam na atividade, bem como durante o mês de novembro com as ações trabalhadas em sala de aula; e outro ponto foi a pergunta que repetimos no final, desejando saber quem se identificava como negro ou negra. Esse foi outro momento de muita participação; a grande maioria levantou os braços, se autodeclarando negro ou negra, e externando os pontos em destaque para eles, os aprendizados internalizados nas aulas regulares e durante essa vivência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que práticas educativas fundamentadas na valorização da diversidade étnico-racial apresentam significativo potencial transformador, desempenhando papel estratégico no enfrentamento do racismo estrutural e na promoção de uma educação comprometida com a equidade. Nesse sentido, o presente artigo contribui para o

aprofundamento das discussões acerca da educação para as relações étnico-raciais, constituindo-se como um aporte teórico e prático para educadores, pesquisadores e gestores educacionais.

O artigo teve como objetivo apresentar, ainda que de forma breve, o relato de uma experiência pedagógica antirracista na Escola Municipal Belém de Judá, situada no município de Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife-PE. E, conforme demonstrado por meio de depoimentos de estudantes, a referida experiência pedagógica alcançou sua finalidade ao promover a construção coletiva dos conceitos de identidade e negritude, permitindo, inclusive, que os estudantes ressignificassem seus conhecimentos por meio do diálogo e da mediação.

A estratégia de utilizar nas atividades pedagógicas referências que permitissem a identificação, desde figuras históricas como Nelson Mandela e até o protagonismo de adolescentes da própria comunidade, foi decisiva para romper estereótipos e fortalecer o sentimento de pertencimento e a autoestima dos educandos. Assim, reafirma-se a escola como espaço estratégico para a promoção da igualdade racial e para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos.

Como proposição para o avanço da educação antirracista, destaca-se a necessidade de consolidar o ensino da história e cultura afro-brasileira como uma prática permanente e transversal no currículo, superando ações pontuais vinculadas apenas ao mês da consciência negra. Para tal, torna-se necessário que as redes de ensino passem a investir mais na formação continuada dos professores, que contemplem a Educação das relações étnico-raciais, bem como, é fundamental que as escolas mantenham o compromisso em seu Projeto Político Pedagógico, garantindo que o planejamento das relações étnico-raciais integre o cotidiano escolar ao longo de todo o ano letivo, em conformidade com as exigências legais vigentes.

Por fim, ressalta-se a importância da indissociabilidade entre a Educação Básica e a universidade através de ações de extensão, como as mediadas pelo NEAB/UFPE, coordenadas pela professora Dayse Mora, que vão até as nossas escolas, promovendo rodas de conversa, Cineab e fornecendo material didático que auxilia os educadores nessa área. Assim, a colaboração acadêmica na formação continuada de professores e na socialização de materiais didáticos específicos é um fator que potencializa as intervenções escolares. Como defende Paulo Freire (2013), se a educação sozinha não transforma o mundo, ela é a ferramenta essencial para mudar as pessoas que realizarão essa transformação, tornando projetos como este fundamental para a construção de uma sociedade mais justa.

Espera-se que as reflexões aqui apresentadas subsidiem o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da inclusão, da democracia, da pluralidade cultural e da justiça social, fortalecendo a construção de uma escola que reconheça, valorize e contribua no fortalecimento da identidade negra como elemento constitutivo do processo educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC, 2004.

CRUZ, Sávio Soares da. *O racismo no cotidiano escolar*. 2016. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) – Coordenadoria Institucional de Educação a Distância, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/15947>. Acesso em: 20 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOMES, N. L. Educação e identidade negra. *Aletria: revista de estudo de literatura - Alteridades em questão*, v. 9, dez., p. 38-47, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>. Acesso em: 21 abr. 2026.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2026.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/82020822/gomes.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2026.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MEDEIROS, Maria Fabrícia de *et al.* *Práticas pedagógicas e relações étnico-raciais: uma análise da construção da identidade negra da criança nos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de João Pessoa.* 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19133>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/374763874/Desafio-Do-Conhecimento-Minayo>. Acesso em: 24 abr. 2026.

MUNANGA, Kabengele. *Arte afro-brasileira: o que é, afinal?* In: ASSOCIAÇÃO 500 ANOS BRASIL ARTES VISUAIS. *Mostra do redescobrimento: arte afro-brasileira.* São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje.* São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-26792021000500060&script=sci_arttext. Acesso em: 25 abr. 2026.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Ensino Religioso em contexto democrático: debate nas escolas públicas contemporâneas. *HORIZONTE*, Belo Horizonte, v. 18, n. 55, p. 15, 2020. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2020v18n55p15. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/21341>. Acesso em: 29 jun. 2026.

SILVA, Renata Cristina Teixeira *et al.* Educação antirracista por meio de projetos pedagógicos: uma revisão de escopo. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 8, n. 2, p. 1-23, 2026. Disponível em: <https://revistas.cceinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/3140>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SOUZA, E. F. Tese autobiográfica: os procedimentos para o constructo do “eu” fonte. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, [S. l.], v. 5, n. 14, p. 777-795, 2020. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n14.p777-795. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/rbpab/article/view/7815>. Acesso em: 6 jun. 2026.